

AValiaÇÃO DE ARTIGOS DA REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

EVALUATION OF ARTICLES OF SPECIAL EDUCATION BRAZILIAN JOURNAL

Eduardo José MANZINI¹

RESUMO: o objetivo do presente trabalho é expor, detalhadamente, o processo de avaliação dos textos submetidos à Revista Brasileira de Educação Especial, bem como realizar uma análise dos pareceres e identificar os critérios que nortearam a avaliação, reformulação e, conseqüentemente, a aprovação ou não dos textos científicos submetidos à avaliação em 2003 e 2004. Para tanto, analisamos 60 pareceres exarados pelo Conselho Editorial e pelos pareceristas "ad hoc" da Revista Brasileira de Educação Especial, sendo que 12 destes indicavam a não aprovação do artigo. Por meio do tratamento das informações realizado, foi possível identificar quatro categorias de análise. 1) Relevância, mérito, originalidade dos artigos; 2) Composição dos artigos (divisão em seções; presença de resumo, palavras chaves e abstract); 3) Normatização (referências, notas de rodapé, inserção de figuras, tabelas e quadros); e 4) Conteúdo (objetivos, procedimentos de tratamento e análise, apresentação dos resultados, etc). Tais categorias indicaram as necessidades mais comuns relacionadas à revisão, reformulação e motivos da recusa dos artigos. É possível concluir que os pareceres exarados pelo Conselho Editorial e pelos pareceristas "ad hoc" da Revista Brasileira de Educação Especial têm um caráter pedagógico e indicam aos autores as necessidades de reformulação dos textos.

PALAVRAS-CHAVE: avaliação de artigos científicos; metodologia de pesquisa; educação especial.

ABSTRACT: the objective of this article is to show in details the process of evaluation of the texts sent to the Special Education Brazilian Journal, as well as to carry out an analysis of assessments and identify the criteria that guides the evaluation, rewriting and consequently the approval or not of the scientific texts submitted to evaluation in 2003 and 2004. To do so, we analysed 60 assessments made by the editorial council and assessors "ad hoc" of Special Education Brazilian Journal, 12 were not approving the article. It was possible to identify four analysis category. 1. Relevance, merit, originality; 2. Composition of the articles (division in sections; presence of summary, key words and abstract); 3. Patterning (references, foot-note, picture insertion, charts and tables); and 4. Content (objectives, treatment procedure and analysis, result presentation, and so on). These categories indicate the more common necessities related to revision, reformulation and reasons to refusing the articles. It is possible to conclude that the assessments made by the editorial council and by assessors "ad hoc" of Special Education Brazilian Journal have a pedagogical character and indicate to the authors the necessities of rewriting the texts.

KEYWORDS: evaluation of scientific articles; research methodology; special education.

INTRODUÇÃO

A avaliação de artigos ou projetos de pesquisa é uma prática corrente das agências de financiamento e das revistas especializadas em divulgação e disseminação do conhecimento científico.

Por mais séria e sistemática que seja a avaliação de um trabalho científico, quando o resultado indica a não aprovação do texto ou projeto, o processo de avaliação é alvo de questionamento.

É comum observarmos reações adversas diante de uma avaliação não favorável. Uma das reações é questionar a avaliação, recorrer e refutar os argumentos

¹ Docente do Departamento de Educação Especial e do Programa de Pós-graduação em Educação. Editor da Revista Brasileira de Educação Especial. e-mail: manzini@marilia.unesp.br

apresentados. Outros, não chegam a recorrer, mas guardam para si um sentimento desconfortável que poder variar desde uma irritação passageira a um sentimento de desqualificação pessoal ou profissional.

Dentre as reações mais comuns, desqualificar o avaliador parece ser a mais freqüente: será que ele entende do assunto? É alguém da área? Será que entende da metodologia que embasa o trabalho científico? Todos esses questionamentos, porém, podem ser legítimos e legais, e uma avaliação pode conter erros, pois, por mais objetivos que sejam os critérios dessa avaliação, ela carece da interpretação de alguém, ou seja, alguém deve expressar um juízo de valor. A interpretação é relativa, isso é fato, tanto que algumas agências de fomento revertem alguns dos pareceres, que antes eram desfavoráveis, agora passam a ser favoráveis. Porém, isso é exceção e não regra, e faz parte da sistemática de avaliação das várias agências de fomento.

Se por um lado, podemos perceber uma reação de questionamento frente a uma avaliação que indica problemas em um texto, por outro, é possível, numa segunda ou terceira leitura do parecer, verificarmos que nem tudo aquilo que foi apontado é motivo de questionamento, ou seja, na maioria das vezes, o parecer indica pontos que necessitam ser reformulados. Isso leva o pesquisador a refletir sobre seu texto e sobre sua pesquisa e tentar esclarecer os pontos obscuros para outros leitores. É assim que se constrói a divulgação do conhecimento científico.

Essas questões apresentadas formaram o contexto para questionamento sobre como os artigos da Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE) são avaliados, ou seja, quais os critérios que embasam as avaliações? Nesse sentido, o objetivo do presente artigo é expor, detalhadamente, o processo de avaliação dos textos submetidos, bem como realizar uma análise dos pareceres e identificar os critérios que norteiam a seleção, avaliação, reformulação e, conseqüentemente, a aprovação ou não do texto científico.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS

As agências de fomento e as revistas científicas possuem normas próprias para avaliação de projetos e artigos científicos. Quase sempre a avaliação é feita por dois pareceristas que avaliam os mesmos itens, que, geralmente, são apresentados por meio de formulários próprios.

Em se tratando de projetos, os itens mais vislumbrados, de uma maneira geral, são: 1) relevância, mérito e originalidade da proposta; 2) adequação da abordagem teórico-metodológica; 3) exequibilidade da proposta; 4) adequação do cronograma.

Outros itens são avaliados, tais como a equipe que irá realizar a pesquisa, o orçamento proposto, a produtividade do pesquisador e a regularidade das publicações.

Tais itens são apreciados pelos pareceristas e, geralmente, a avaliação é qualitativa, sendo que é expressa uma apreciação geral e a indicação de pontos

positivos e negativos do projeto, bem como o impacto que tal pesquisa traria para a construção do conhecimento.

Algumas outras agências, Universidades e Centros de pesquisa desenvolvem protocolos de avaliação que se assemelham aos itens mencionados, porém solicitam uma pontuação dos itens.

Em se tratando de artigos científicos, podemos observar que as revistas especializadas solicitam avaliações que podem ser divididas: 1) em aspectos formais e 2) aspectos de conteúdo.

Os *aspectos formais*, geralmente, estão compreendidos nas normas de publicação e podemos subdividi-los em três subitens: 1) *formatação* (número de páginas, tipo de letra, espaço, uso de negrito e itálico, dentre outros aspectos); 2) *composição* (divisão em seções; presença de resumo, palavras chaves e abstract, dentre outros aspectos) e 3) *normalização* (referências, notas de rodapé, inserção de figuras, tabelas e quadros de acordo com as normas de revista).

Ao avaliar *aspectos de conteúdo*, a primeira tarefa do consultor será fazer uma *categorização* do texto, ou seja, se ele se refere a um *ensaio*, a uma *experiência profissional*, a uma *revisão bibliográfica* ou a um *relato de pesquisa*, ou se o conteúdo se refere a uma *opinião* pessoal sobre um tema.

Em se tratando de relato de pesquisa, alguns dos itens avaliados em projetos de pesquisa poderão ser contemplados na avaliação do texto e dentre eles poderemos citar: 1) a fundamentação teórica que embasa o relato, 2) o método utilizado e as descrições desse método; 3) como os resultados são apresentados e interpretados e 4) como o autor conclui o texto.

O resultado da avaliação é um parecer escrito no qual o avaliador apresenta comentários, pontos positivos e negativos que nortearão o trabalho do editor ou da comissão editorial.

AVALIAÇÃO DOS TEXTOS SUBMETIDOS A RBEE: POLÍTICA EDITORIAL, INFLUÊNCIA DAS AGÊNCIAS FINANCIADORAS E CONSELHO CONSULTIVO

Toda revista científica possui explicitamente ou implicitamente uma política editorial. Para a Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial (ABPEE), a política da Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE) tem como foco a publicação de artigos em *Educação Especial*. Tais artigos podem se referir a *relato de pesquisa*, *ensaio teórico* ou *revisão de literatura*. Além desses tipos de texto, a RBEE também publica resenhas, cujo enfoque é a divulgação de livros na área de Educação Especial.

Por iniciativa da diretoria da ABPEE, podem ser abertas outras seções de publicação, como ocorreu em 2003, quando a ABPEE completou 10 anos e foram publicados artigos sobre a composição da ABPEE (DENARI, 2003), sobre o histórico da criação da revista e da própria ABPEE (DIAS, 2003), sobre a análise dos artigos publicados nos dez anos da RBEE (MANZINI, 2003) e outros dois textos que discutiam

sobre a RBEE e as tendências históricas da Educação Especial no Brasil frente aos novos paradigmas, inclusive sobre a política mundial da inclusão (JANNUZZI, 2003; OMOTE, 2003).

Outro exemplo da política editorial se refere a esse próprio volume, no qual abrimos uma seção para discutirmos a *composição e avaliação de artigos da RBEE*.²

Cabe salientar que, até 2002, eram publicados *relatos de experiência*, porém, tal categoria foi retirada de publicação devido a se tratar de uma revista científica e, na maioria das vezes, os artigos recebidos não ofereciam uma análise crítica e reflexiva sobre os temas tratados. Assim, a seção *relato de experiência* foi extinta no sentido de melhorar a qualidade científica da RBEE e com o objetivo de atender, inclusive, às normas de captação de recursos financeiros provenientes, principalmente, do CNPq. Naquela época, para solicitar ao CNPq financiamento para publicação de uma revista científica, ela deveria atender a alguns critérios (MTC/CNPq, 2003):

- a) possuir mais de 50% de artigos científicos e/ou técnico-científicos publicados e gerados a partir de pesquisas originais, não divulgadas em outras revistas;
- b) possuir abrangência nacional/internacional quanto a colaboradores, corpo editorial e conselho científico (este, de alto nível);
- c) ter circulado regularmente no ano imediatamente anterior à data da solicitação;
- d) ter publicado, no mínimo, 5 (cinco) artigos por fascículo;
- e) ter publicação de, pelo menos, 2 (dois) fascículos por ano;
- f) não ser revista departamental, institucional ou regional que publique predominantemente trabalhos localizados;
- g) atender aos padrões mínimos de normalização da ABNT;
- h) possuir número internacional normatizado para publicações seriadas ISSN (obtido junto ao Instituto Brasileiro de Informação em C&T – IBICT).

Ao observarmos esses critérios, podemos vislumbrar a preocupação do CNPq no que se refere aos aspectos de *composição e normatização* das revistas (itens *g* e *h*), já mencionados anteriormente, bem como em relação ao *conteúdo científico* (itens *a* e *b*) e à periodicidade e circulação (itens *c*, *d*, e *e*).

No caso particular da RBEE, o conteúdo científico é atestado por dois pareceristas pertencentes ao Conselho Consultivo da ABPEE que indicam a aceitação, a recusa ou as reformulações necessárias. Em caso de pareceres contrários à aceitação, o texto é enviado a um terceiro parecerista e, posteriormente, o artigo é analisado pelo (s) editor (es) que define (em) ou não a sua publicação baseado nas indicações dos pareceres.

Os textos são enviados aos pareceristas com a exclusão do nome dos autores e o critério de seleção do parecerista está baseado, preferencialmente, na experiência do parecerista com o tema e metodologia que o artigo expressa. Para

² Para maiores detalhes ler o editorial do presente número.

tanto, uma planilha foi adotada, na qual foram arroladas as pesquisas desenvolvidas pelo parecerista referente ao mestrado e ao doutorado, bem como os temas das publicações atuais e as orientações realizadas.

Esses procedimentos garantem, por um lado, o anonimato do autor que escreveu o texto, e por outro, o anonimato do parecerista que o avaliou. Esse seria um dos papéis do editor. Além do anonimato, o procedimento de avaliação por dois pesquisadores garante uma melhor qualidade de análise do texto.

Quando o número de artigos de um único tema é elevado ou quando não existe membro do conselho consultivo que trabalha dentro da temática e ou metodologia do artigo apresentado para avaliação, o texto é encaminhado para outros pareceristas "*ad hoc*", que não fazem parte do conselho consultivo. Tais pareceristas podem ou não pertencer ao quadro de sócios da ABPEE, porém resguardado o critério de possuir doutorado.

Um dos cuidados tomados ao encaminhar os textos para avaliação, quer para o conselho editorial, quer para os avaliadores "*ad hoc*", é não enviá-los para pesquisadores da mesma cidade ou mesma universidade que o (s) autor (es). Como a ABPEE é uma associação nacional, o Conselho Editorial foi composto tendo como critérios a indicação de pesquisadores renomados e pertencentes a diferentes Universidades localizadas em diferentes Estados brasileiros, o que possibilita uma variada gama de possibilidades de encaminhamento dos textos recebidos para locais diferentes.

Atualmente, os textos são enviados para os pareceristas via correio, com um envelope selado para retorno. Juntamente com o texto segue um formulário bastante simples no qual o parecerista deverá indicar se o texto se refere a um *ensaio* ou a uma *revisão da literatura*, um *relato de pesquisa* ou se ele se refere a um texto de *opinião pessoal* ou *relato de experiência*. No formulário ainda consta um campo para indicar a necessidade de reformulação e se o texto deverá ser *aprovado*, *não aprovado* ou se ele deverá ser *reformulado radicalmente*. Essa última categoria indica que o texto será novamente examinado pelo parecerista. Dois subtítulos indicam *comentários gerais* sobre o texto e pontos para *reformulação*, se for o caso.

O formulário possui um campo que indica as datas de recebimento do texto, avaliação, encaminhamento para autor e retorno do texto reformulado. Essas tarefas são atribuídas ao editor que solicita prazos para avaliação (para os pareceristas) e reformulação do texto (para os autores). Uma *planilha de edição* auxilia nessa tarefa. Cabe salientar que, em 2003, a ABPEE, em assembléia ordinária, reformulou o seu estatuto e aprovou algumas atribuições referentes ao papel do editor da RBEE:

Art. 16 – Compete ao editor:

- I – Requerer auxílio e financiamento em agências de fomento para a editoração da Revista, bem como outros projetos de financiamento, tais como captação de bolsistas técnicos e estagiários.
- II – Receber os artigos enviados para publicação e avaliar segundo as normas editoriais vigentes;

- III – Dar prosseguimento ao processo de avaliação dos artigos, obedecendo às normas editoriais.
- IV – Responsabilizar-se pela periodicidade da Revista;
- V – responsabilizar-se, junto com o secretário, pelo processo de distribuição da revista;
- VI – Responsabilizar-se por enviar a revista para avaliação aos órgãos competentes, bem como responder a possíveis pedidos de reavaliação;
- VII – Responsabilizar-se por manter as permutas com outras revistas;
- VII I– Consultar diretoria ou comitê ou conselho editorial para envio de texto a pareceristas "ad hoc".
- IX – Indicar para a diretoria as necessidades decorrentes da edição da Revista Brasileira de Educação Especial (ABPEE, 2003).

Outra decisão, em termos de política editorial, se refere à revista eletrônica, a se iniciar partir de 2005. Assim, os artigos aprovados serão publicados na forma impressa e, quando esgotadas as revistas impressas, tornar-se-ão disponíveis na forma digital, na página da ABPEE. Essa última condição faz parte das normas para aceitação de trabalhos a serem publicados e os autores assinam um termo de compromisso no qual cedem os direitos para publicação na RBEE na forma impressa e digital.

Cabe ao editor o recebimento dos artigos e a apreciação das condições formais antes de encaminhar o texto para os avaliadores.

O QUE OS PARECERES APONTAM NOS TEXTOS SUBMETIDOS A RBEE?

No sentido de ampliar a discussão sobre como os artigos submetidos a RBEE são avaliados, realizamos um pequeno estudo tendo como fonte de informação os próprios pareceres exarados pelos membros do Conselho Editorial e pelos pareceristas "ad hoc" da Revista Brasileira de Educação Especial.

Para isso, foram analisados 60 pareceres que possuíamos e que se referiam aos volumes 9 e 10. A tabela que segue nos informa sobre a quantidade de pareceres analisados em cada volume e número da RBEE.

Tabela 1 – Quantidade de pareceres analisados em cada volume e número da RBEE.

Volume e Número	Artigos aprovados	Artigos n ^o o aprovados	Total de artigos recebidos	N ^o de pareceres analisados
v. 9, n.2	9	0	9	11
v. 10, n. 1	8	6	14	12
v. 10, n. 2	8	3	11	22
v. 10, n. 3	8	3	11	15
Total	24	12	36	60

Observando a Tabela 1, podemos constatar que dos 36 artigos recebidos, 24 foram aprovados e 12 foram denegados. Salienciamos que o volume 9, n. 2 e que o volume 10, n. 3, contaram com três textos encomendados que foram revisados pelo editor. Dentre os 60 pareceres analisados, 12 denegavam o artigo a que ele se referia. Dos 12 artigos denegados, dois não se enquadravam nas normas da revista, um não se enquadrava em termos de originalidade e outro que não possuía parecer do comitê de ética e, portanto, não foram enviados aos pareceristas.

A análise foi realizada a partir da leitura de cada parecer, sendo que anotávamos as indicações (subcategorias) que os pareceristas apresentaram sobre os artigos, como por exemplo:

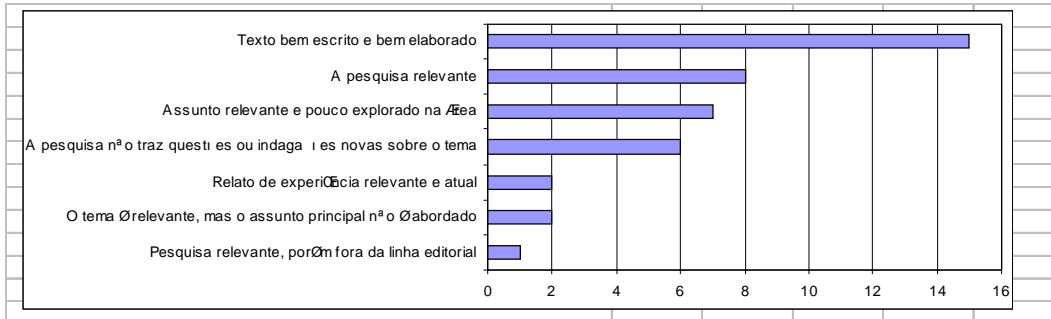
- Texto bem escrito e bem elaborado.
- Pesquisa relevante.
- Necessidade de rever a interpretação dos resultados.
- Necessidade de indicar o termo de consentimento dos participantes.
- Uniformizar terminologia.
- Necessidade de rever conceitos.
- Necessidade de menção correta da fonte de informação.
- Necessidade de pontuar dados nas considerações finais.
- Revisão do título.
- Necessidade de citar literatura atualizada.
- Assunto relevante e pouco explorado na área.
- A pesquisa não traz questões ou indagações novas sobre o tema.
- O tema é relevante, mas o assunto principal não é abordado.
- Relato de experiência relevante e atual.
- Pesquisa relevante, porém fora da linha editorial.
- Revisão gramatical e ortográfica.
- Revisão do abstract.
- Necessidade de rever a composição das seções do artigo.
- Revisão do resumo.
- Adequar as referências segundo normas da revista.
- Existem referências citadas e não utilizadas.

Após a identificação de cada subcategoria, quantificávamos o número de vezes que ela aparecia nos demais pareceres, ou seja, trabalhamos com a frequência acumulada de ocorrência da indicação nos demais pareceres.

Após a leitura, análise e quantificação dos 10 primeiros pareceres, foi possível configurar uma grade de análise que agrupou as subcategorias em categorias maiores. Assim, a partir dessa forma de tratar as informações dos pareceres foi possível identificar quatro categorias: 1) *Relevância, mérito, originalidade dos artigos*; 2) *Composição dos artigos* (divisão em seções; presença de resumo, palavras chaves e abstract); 3) *Normalização* (referências, notas de rodapé, inserção de figuras, tabelas e quadros); e 4) *Conteúdo* (objetivos, procedimentos de tratamento e análise, apresentação dos resultados, etc).

Resumindo, o tratamento das informações iniciou-se pelas indicações dos pareceres, ou seja, identificamos, primeiramente, as subcategorias que, posteriormente, foram agrupadas em categorias maiores. A Figura 1 traz os dados sobre a categoria *Relevância, mérito, originalidade dos artigos* recebidos.

Figura 1- Relevância, mérito, originalidade dos artigos recebidos.

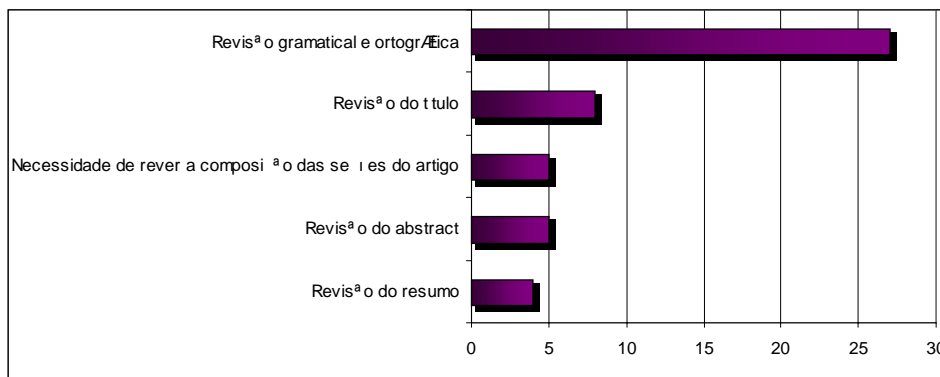


Observando as subcategorias da Figura 1, podemos notar que nem sempre um tema relevante sugere aprovação para publicação. Várias outras condições necessitam estar presentes: 1) o texto deve se ater à política editorial; 2) trazer contribuição para a área; 3) estar bem escrito e elaborado; 4) apresentar dados consistentes em termos teóricos e metodológicos.

Podemos perceber na Figura 1 que seis pareceres indicaram que o texto não trazia novas questões e indagações para a área, portanto não deveria ser publicado. Sobre essa questão, Luna (1996) comenta que, às vezes, aquilo que é novidade para o pesquisador não o é para a comunidade científica.

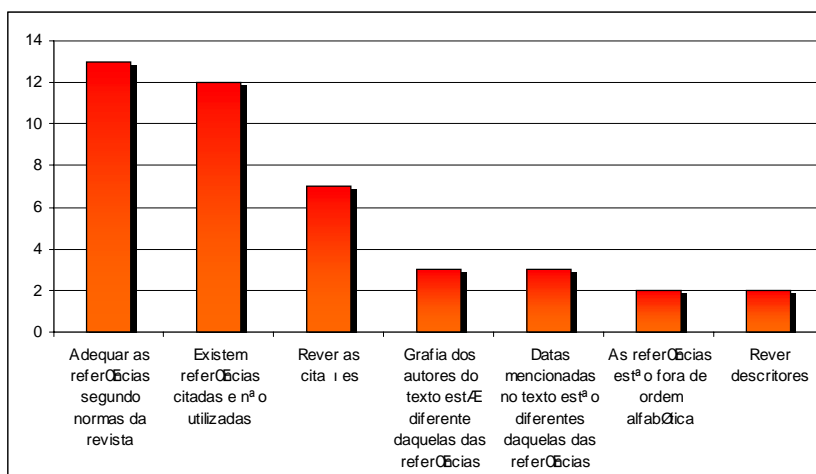
A Figura 2 nos informa sobre as questões relacionadas à composição dos artigos. Podemos perceber que a revisão gramatical e ortográfica foi indicada em 27 pareceres. Em alguns pareceres, nossos avaliadores informavam que no corpo de texto poderiam ser encontradas observações sobre as questões ortográficas e gramaticais. De forma geral, podemos perceber que os pareceres indicaram reformulações sobre a redação e auxiliaram os autores a deixar o texto mais claro e limpo no que se refere a questões do sentido das frases e parágrafos. Assim, podemos concluir que os pareceres, mesmos aqueles que denegaram o texto, tiveram um caráter pedagógico, inclusive sobre questões relacionadas ao *conteúdo*, como veremos mais a frente.

Figura 2 - Composição dos artigos.



A Figura 3 traz informações sobre a questão da normatização dos artigos. Apesar de a Revista Brasileira de Educação Especial indicar que segue das Normas da ABNT e possuir descrições e exemplos dessas normas nos números e na *homepage* da ABPEE, é comum observar que nem sempre os autores, que enviam artigos, abstraem e utilizam corretamente tais normas.

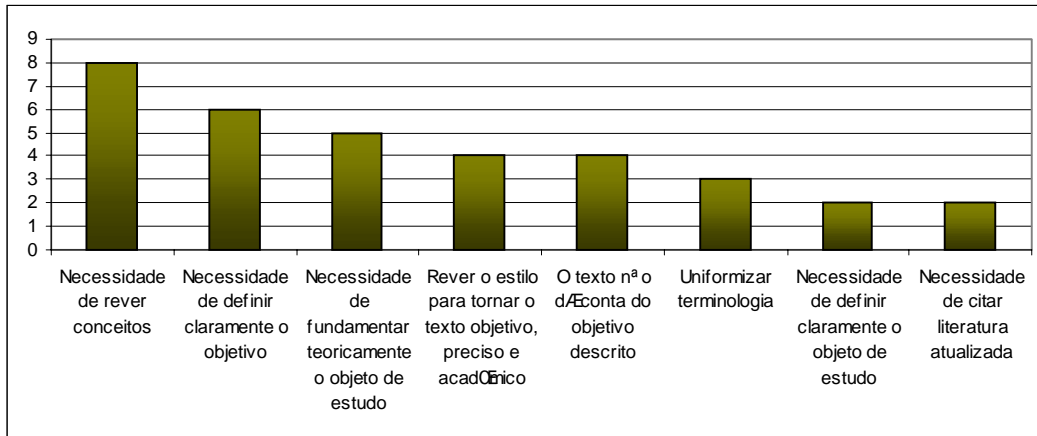
Figura 3 – Normatização dos artigos recebidos.



A Figura 3 ainda nos dá mostra de que alguns itens parecerem estar relacionados com a revisão do artigo antes de enviá-lo para publicação, como é o caso das subcategorias: 1) referências citadas e não utilizadas (e vice-versa); 2) grafia dos autores do texto diferente daquelas das referências; 3) datas mencionadas no texto estão diferentes daquelas das referências; e 4) as referências estão fora de ordem alfabética. Tais subcategorias parecem indicar cuidados necessários aos autores no que refere a revisão dos artigos antes de enviá-los definitivamente para apreciação pela RBEE.

A quarta categoria de análise se refere ao conteúdo dos artigos. Fazem parte dessa categoria 23 subcategorias. Assim, para melhor visualização, apresentaremos essa categoria em quatro partes. 1) Estilo, objetivo e objeto da pesquisa; 2) coleta de dados e análise de dados; 3) resultados; e 4) conclusões e considerações finais.

Figura 4 – Categoria *conteúdo*: estilo, objetivo e objeto da pesquisa.

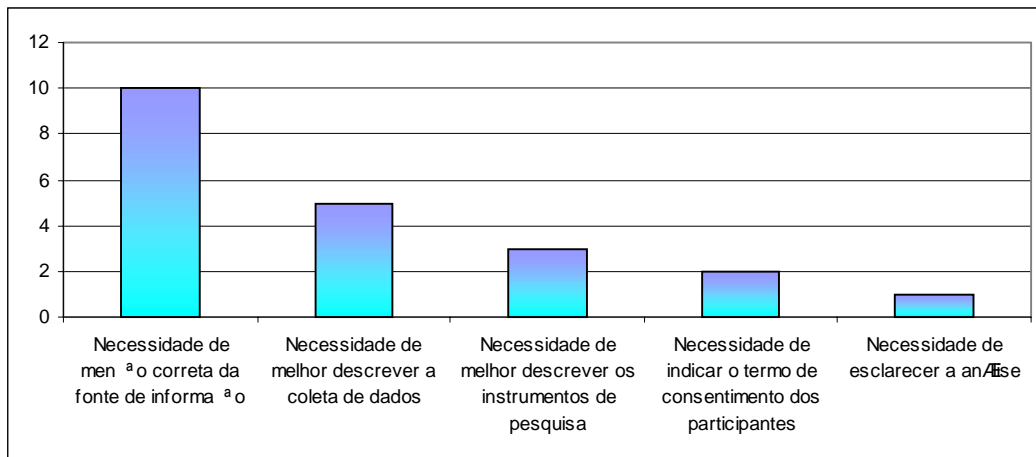


Observando a Figura 4, pudemos constatar que dos 60 pareceres, oito indicaram a necessidade de os autores reverem conceitos e três a necessidade de uniformizar a terminologia. Observando os pareceres, pudemos constatar que alguns autores utilizaram como sinônimo os termos *inclusão* e *integração*, bem como utilizaram expressões como *pessoas portadoras de deficiência* ou o uso genérico do termo pessoa com *necessidades especiais* que foram motivos de questionamento.

Em seis pareceres houve indicação de rever os objetivos da pesquisa e, em 4 pareceres houve a indicação de que o texto não dava conta do objetivo do estudo. Entre estas duas subcategorias existe uma diferença, pois, no primeiro, os pareceristas indicavam que com reformulação do objetivo o texto ficaria mais claro e coerente. No segundo, não haveria possibilidade de re-escrever o objetivo, pois outras condições não estariam presentes, como metodologia adequada e resultados coerentes com o objetivo.

Duas subcategorias apontaram para a necessidade de fundamentação teórica do objeto do estudo, ou seja, deveriam ser incluídas questões teóricas e literatura atualizada para dar conta, inclusive, das discussões dos resultados obtidos.

Em cinco pareceres, pudemos constatar que houve indicação da necessidade de o autor re-escrever o texto em estilo acadêmico, ou seja, as interpretações e apresentações dos conceitos e referências ficavam no senso comum, sem aprofundamento crítico e reflexivo. Alguns desses pareceres se relacionavam à subcategoria, já apresentada, na qual apontavam que o texto não trazia novas questões e indagações para a área.

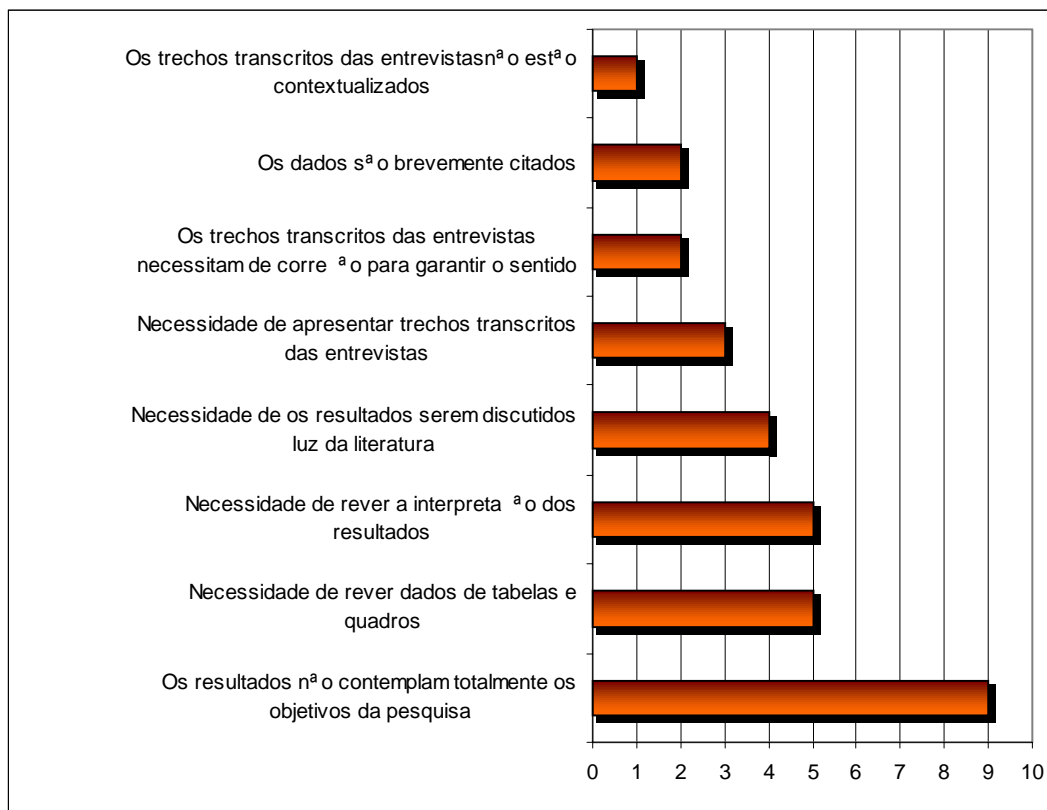
Figura 5 – Categoria *conteúdo*: coleta de dados e análise de dados

A figura 5 nos traz informações sobre a coleta e análise de dados. Podemos verificar que dos 60 pareceres analisados, 10 indicaram a necessidade de os autores mencionarem ou descreverem corretamente a fonte de informação. Podemos verificar nos pareceres que tais textos se referiam a relatos de pesquisa.

Dados semelhantes foram encontrados por Manzini (2001), que analisou 35 projetos de pesquisa cujo tema era educação especial. O autor verificou que dos 35 projetos, 22 não descreviam ou caracterizavam corretamente os participantes da pesquisa e que 14 não especificavam os critérios para a seleção dos participantes.

A Figura 6 apresenta informações abstraídas nos pareceres sobre o item *resultados*. Podemos perceber que a subcategoria *os resultados não contemplam totalmente os objetivos da pesquisa* foi o que recebeu o maior número de ocorrências.

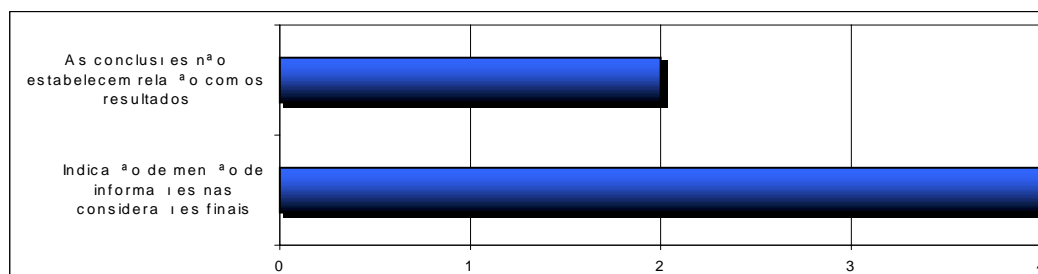
Figura 6 – Categoria *conteúdo*: resultados



Podemos ainda perceber a indicação de cuidados a serem tomados pelos autores sobre o material transcrito a partir de entrevista e o cuidado com a revisão de tabelas e gráficos.

Duas subcategorias chamam a atenção para a necessidade de os resultados da pesquisa requerem interpretação à luz da literatura do tema/área, bem como a necessidade de revisão da interpretação dos resultados. Ambas subcategorias se referem aos cuidados que o pesquisador deve tomar para que o texto tenha um caráter científico, e que a interpretação seja baseada em evidência da literatura.

A Figura 7 apresenta informações sobre as subcategorias conclusões e considerações finais. Podemos constatar que em quatro pareceres são sugeridos aos autores para que complementem as *considerações finais*. Pudemos constatar que os pareceristas indicam e sinalizam aos autores os conteúdos das complementações.

Figura 7 – Categoria *conteúdo*: conclusões e considerações finais

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os pareceres analisados apresentaram várias sugestões pontuais para melhor apresentação e clareza dos textos. Tais sugestões poderiam ser utilizadas como exemplos, porém, ao apresentar as sugestões poderíamos expor pareceristas e autores e isso quebraria o sigilo ético do processo de avaliação. Dessa forma, optamos por apresentar somente as categorias e subcategorias de análise.

Salientamos que essas subcategorias não esgotam e não dão conta de análise de todos os tipos de artigos, mas nos dão uma idéia muito boa das principais ocorrências passíveis de avaliação de um artigo científico e poderão ser utilizadas pelos futuros autores no processo de revisão de artigos, ou seja, apesar de a amostra de 60 pareceres não ser suficiente para abordar relatos de experiência, pesquisa, ensaios teóricos, e revisão da literatura, eles nos servem como referenciais para revisão de um texto científico.

REFERÊNCIAS

- ABPEE. Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial. *Estatuto da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial*. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/abpee/index.htm>. Acesso em 12 dez. 2004.
- DENARI, F. E. Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial: 10 anos de um sonho possível. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 9, n. 2, p. 133-140, 2003.
- DIAS, T. R. S. Porque uma revista de Educação Especial: o início. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 9, n. 1, p. 1-6, 2003.
- JANNUZZI, G. S. M. Algumas reflexões sobre a Revista Brasileira de Educação Especial. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 9, n. 1, p. 7-12, 2003.
- LUNA, S. V.. *Planejamento de pesquisa: uma introdução*. São Paulo: EDUC, 1996.
- MANZINI, E. J.; SILVA, J. R. Projetos de pesquisa em educação especial: identificando categorias para análise. In: SIMPÓSIO EM FILOSOFIA E CIÊNCIA, 4, 2001, Marília. *Resumos...* Marília: Unesp, 2001. p. 102.

MANZINI, E. J.

MANZINI, E. J. Análise de artigos da Revista Brasileira de Educação Especial (1992-2002). *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 9, n. 1, p. 13-24, 2003.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Programa de Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. *Programa de apoio à editoração e publicação de periódicos científicos brasileiros*. Chamada CNPq 02/2003.

OMOTE, S. Algumas tendências (ou modismos?) recentes em Educação Especial e a Revista Brasileira de Educação Especial. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 9, n. 1, p. 25-38, 2003.

Recebido em 12/12/2004
Aprovado em 21/12/2004